

## PRIMEIRA PROVA – PRIMEIRA ETAPA

1– Marque com “V” a assertiva verdadeira e com “F” a falsa, assinalando, em seguida, a opção correspondente:

( ) o poder constituinte originário é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado;

( ) a Constituição da República poderá ser modificada por meio de emenda constitucional,

de iniciativa popular, cuja proposta há de ser subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

( ) a atual Constituição brasileira estabelece como limites materiais explícitos ao poder constituinte derivado a separação dos poderes e a forma republicana de governo;

( ) qualquer modificação constitucional feita com desrespeito às vedações materiais, circunstanciais e procedimentais, estabelecidas pela própria Constituição, padecerá de vício de inconstitucionalidade e, assim, ficará sujeita ao controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

a) V, V, F, F.

b) F, F, V, V.

c) V, F, F, V.

d) F, V, V, F.

e) V, V, F, V.

2 – Verifique cada uma das proposições abaixo, relativas à Advocacia-Geral da União, considerando o que estabelece a Constituição da República e a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I – a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notório saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, permitida a recondução;

II – o ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União ocorre nas categorias iniciais de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concursos públicos, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, cabendo ao candidato comprovar, no momento da inscrição, um mínimo de dois anos de prática forense;

III – ao membro da Advocacia-Geral da União assegura a legislação vigente promoção periódica, assim considerada a possibilidade de acesso à categoria imediatamente superior àquela em que se encontra, obedecidos, alternadamente, os critérios da antiguidade e merecimento, condicionada sua realização à existência de cargos vagos, bem como as garantias da irredutibilidade de vencimentos, inamovibilidade e vitaliciedade, após sua aprovação com o término de seu estágio probatório;

IV – o parecer do Advogado-Geral da União será sempre submetido à apreciação do

Presidente da República, cuja aprovação e publicação com o despacho presidencial vinculará toda Administração Federal, ficando todos os órgãos e entidades obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições II e IV estão corretas;
- c) apenas as proposições I e III estão corretas;
- d) apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- e) apenas as proposições II, III e IV estão corretas.

3 – A partir da análise da ordem social delineada pela

Constituição da República de 1988, formulam-se as seguintes considerações:

I – a previdência e a seguridade social se confundem, porque têm como objetivo o bem estar e a justiça sociais;

II – a equidade na forma de participação no custeio é exclusiva da previdência, por impor a observância de critérios que lhe preservam o equilíbrio financeiro atuarial;

III – a irredutibilidade do valor dos benefícios, como forma de proteção aos direitos adquiridos, não contraria a ordem social erigida com base no primado do trabalho;

IV – o direito à saúde é garantido pela assistência social, porque, para torná-lo efetivo, é exigida a participação da comunidade.

Assim considerando, assinale, dentre as listadas abaixo, a única alternativa correta no que concerne às considerações acima feitas:

a) todas as alternativas são falsas;

b) são verdadeiras as proposições I e III;

c) apenas a proposição III é verdadeira;

d) são verdadeiras as proposições II e IV;

e) apenas a proposição I é verdadeira.

4 - O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual não compete:

a) exercer o controle de operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

b) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

c) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

d) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

e) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

5 – Assinale a única afirmativa correta das alternativas que se seguem:

a) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, sendo assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos;

b) Ressalvados os casos previstos na Constituição da República, a exploração de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, nos termos e limites estabelecidos em lei;

c) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

d) As jazidas em lavra e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantido ao concessionário a propriedade do produto da lavra;

e) Constituem monopólio da União, admitida a contratação de empresas estatais ou privadas, observadas as condições estabelecidas em lei complementar, a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; a importação ou exportação dos produtos derivados básicos resultantes das atividades de exploração petrolífera; o transporte marítimo e aéreo; a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

6 – Determinado empregado celebrou contrato de trabalho em 1987 com autarquia, contrato este regido pela CLT; posteriormente, sobreveio a Lei 8112/90, tendo seu emprego sido transformado em cargo. Em 1989 este empregado intentara ação trabalhista pleiteando diferenças salariais desde sua admissão, decorrentes de alegada equiparação salarial, em parcelas vencidas e vincendas. Seria correto afirmar que:

- a) a Justiça do Trabalho seria competente para julgar o feito no momento do ajuizamento da ação, passando a competência após a Lei 8112/90 para a Justiça Federal; de todo modo, a execução das parcelas vencidas após dezembro de 1990 seria feita perante a Justiça do Trabalho;
- b) mesmo antes do advento da Lei 8112/90 a competência já pertencia à Justiça Federal;
- c) a competência seria da Justiça do Trabalho antes e depois da Lei 8112/90.
- d) a competência da Justiça do Trabalho cessaria com o advento da Lei 8112/90; de todo modo, sequer as diferenças salariais anteriores a dezembro de 1990 poderiam ser objeto de execução na Justiça do Trabalho;
- e) a competência seria deslocada da Justiça do Trabalho para a Justiça Federal com o advento da Lei 8112/90; as diferenças salariais seriam passíveis de execução perante a justiça

trabalhista até o momento da transformação do emprego em cargo, não podendo prosseguir após em virtude da transformação da situação, de contratual para estatutária.

7 – Um ato administrativo legal pode ser declarado imoral (e, em consequência, inválido) pelo Poder Judiciário, a despeito de sua flagrante conformidade com a lei?

- a) não, uma vez que os critérios morais são de caráter estritamente subjetivo, refugindo ao exame do Poder Judiciário;
- b) sim, pois a moralidade do ato é pressuposto necessário à validade da conduta do administrador público;
- c) não, porque não é dado ao julgador qualquer outra interpretação que não a literal ou gramatical do ato;
- d) não, pois o controle jurisdicional se restringe ao exame da legalidade do ato;
- e) sim, embora não possa o julgador, a despeito da configuração da imoralidade, declarar o ato inválido, medida esta de competência exclusiva da Administração.

8 – Determinado órgão ministerial efetuou a exoneração de servidor, titular de cargo de confiança, através de motivação posteriormente considerada infundada. Neste caso, o ato:

- a) é válido, impondo-se contudo à Administração o dever de indenizar o ex-servidor, na forma da lei civil.
- b) é nulo.
- c) é válido, na medida em que o servidor titular de cargo de confiança é demissível ad nutum.
- d) é válido por ser legalmente inexigível a fundamentação do ato.
- e) é válido desde que assim declarado em sede judicial.

9 – Aponte a locução correta quanto à responsabilidade civil extracontratual do Estado, havendo culpa da vítima:

- a) a culpa da vítima afasta a responsabilidade civil do Estado;
- b) a culpa da vítima não é determinante para a responsabilidade civil do Estado, já que esta é objetiva;
- c) o Estado responde civilmente, mesmo quando ocorre a culpa da vítima, porque a teoria aplicada à hipótese é a do risco integral, que não comporta qualquer atenuação;
- d) quando ocorre culpa da vítima há que se distinguir se esta culpa é exclusiva ou concorrente com a do poder público, porque, na primeira hipótese, o Estado não responde civilmente e, no ltimo, sua responsabilidade também se atenua, repartindo-se com a da vítima;
- e) quando ocorre culpa da vítima o Estado só responderá civilmente se ficar provada a sua participação no evento por omissão, quando então caracteriza-se a culpa in vigilando.

10 – Aponte a proposição correta quanto à alienação de bens públicos:

- a) podem ser objeto de alienação de uma entidade pública para outra, segundo as normas de direito público, e também se perderem a natureza de uso comum ou especial;

- b) a natureza de tais bens impede definitivamente sua alienação;
- c) os bens de uso comum não podem jamais ser alienados, o que não ocorre quanto aos de uso especial, desde que sejam objeto de licitação;
- d) dentre os bens públicos, só podem ser objeto de alienação os dominicais e os de uso especial quando sejam objeto de licitação;
- e) os bens de uso comum não podem ser alienados jamais, porque servem diretamente ao público, mas os de uso especial poderão ser alienados, desde que passem por processo especial que os coloque na categoria de bens dominicais.

11 – A respeito do arrendamento mercantil, afirma-se que:

- I – o contrato de arrendamento mercantil não pode ser firmado com cláusula de variação cambial se o objeto for um veículo fabricado no Brasil;
- II – o prazo mínimo do arrendamento mercantil financeiro é de 12 (doze) meses;
- III – serão consideradas como custo ou despesa operacional da pessoa jurídica arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas por força do contrato de arrendamento mercantil;
- IV – o prazo mínimo do arrendamento mercantil operacional é de 90 (noventa) dias;
- V – o contrato de arrendamento mercantil financeiro deve conter as condições para o exercício por parte da arrendatária do direito de optar pela renovação do contrato, pela devolução dos bens ou pela aquisição dos bens arrendados.

Marque:

- a) se estão corretos os itens I e III e errado o item II;
- b) se os itens I e II estão errados e apenas o item V está correto;
- c) se os itens III e IV estão corretos e o item V está errado;
- d) se os itens III e IV estão errados e o item I correto;
- e) Nenhuma das afirmativas anteriores.

12 – A sociedade cujo objeto social, exclusivo ou não, seja a prática de operações de faturização (factoring):

I – não pode praticar operações privativas de instituições financeiras, salvo o desconto bancário;

II – pode adquirir cheques pré-datados recebidos pela sociedade faturizada, emitidos pelos clientes desta;

III – não pode cobrar juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, salvo se houver autorização específica do Conselho Monetário Nacional;

IV – pode adquirir cheques pré-datados emitidos pela própria sociedade faturizada;

V – não integra o Sistema Financeiro Nacional.

Marque:

a) se os itens I e III estão errados e somente o item V está correto;

b) se os itens II e V estão corretos e o item IV está errado;

c) se estão errados os itens I e II e correto o item III;

d) se estão corretos os itens II e IV e errado o item V;

e) se corretos os itens I e III estando errado o item IV.

13 – Em tema de sociedades anônimas:

I - a alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser

contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia, de modo a lhes assegurar o preço igual a 100% (cem por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;

II - o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas por companhia que atualmente se constituir;

III - a debênture poderá conter cláusula de correção monetária, com base nos coeficientes fixados para correção de títulos da dívida pública, na variação da taxa cambial ou em outros referenciais não expressamente vedados em lei;

IV - os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados no Registro do Comércio;

V - o estatuto poderá prever a participação, no conselho de administração, de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Marque:

- a) se os itens III e V estão corretos e o item IV errado;
- b) se estão errados os itens I e III e correto o item IV;
- c) se correto o item II e errados os itens III e V;
- d) se os itens I e II estão errados e correto o item IV;
- e) nenhuma das afirmativas anteriores.

14 – A respeito da liquidação extrajudicial de instituição financeira, afirma-se que:

I - Só se pode decretar a liquidação extrajudicial após a instituição financeira ter sofrido intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil;

II - Mesmo quando a administração violar gravemente as normas legais e estatutárias que disciplinam a atividade da instituição bem como as determinações do Conselho Monetário Nacional ou do Banco Central do Brasil, a instituição financeira não poderá sofrer liquidação extrajudicial se o ativo for suficiente para cobrir todo o valor dos créditos quirografários;

III - Salvo expressa disposição em contrário da Lei 6.024/74, das decisões do liquidante caberá recurso com efeito suspensivo, dentro de dez dias da respectiva ciência, para o Banco Central do Brasil, em única instância;

IV - O liquidante poderá requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirografários, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares;

V - Os administradores que tenham estado no exercício das funções nos doze meses anteriores à data da decretação da liquidação extrajudicial ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.

Marque:

- a) Se os itens II e III estão corretos e o item V errado;
- b) Se errado o item I e corretos apenas os itens IV e V;
- c) Se estiverem corretos os itens I e II e errado o item III;
- d) Se os itens I e IV estão errados e o item V correto;
- e) Se todas as assertivas, de I a V, estão corretas.

15 – Segundo o sistema constitucional vigente no Brasil, pode-se afirmar como correta a seguinte afirmativa:

- a) a recepção dos tratados internacionais em geral depende, para efeito de sua ulterior execução no plano interno, de uma sucessão causal e ordenada de atos revestidos de caráter político-jurídico, assim definidos: (a) aprovação, pelo Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, de tais convenções; (b) ratificação desses atos internacionais, pelo Chefe de Estado, mediante depósito do respectivo instrumento; (c) promulgação de tais acordos ou tratados, pelo Presidente da República, mediante

decreto, em ordem a viabilizar a produção dos seguintes efeitos básicos, essenciais à sua vigência doméstica: (1) publicação oficial do texto do tratado e (2) executoriedade do ato de direito internacional público, que passa, então - e somente então - a vincular e a obrigar no plano do direito positivo interno;

b) o Poder Judiciário - fundado na supremacia da Constituição da República - dispõe de

competência para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ou que estejam para se incorporar ao sistema de direito positivo interno;

c) os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis complementares, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa;

d) o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa firmado entre os países do MERCOSUL (Protocolo de Las Lenas) tornou dispensável a homologação pelo Supremo Tribunal Federal das sentenças estrangeiras;

e) todas as afirmativas estão corretas.

16 – No que se refere à imunidade de jurisdição é correto afirmar:

a) segundo a Convenção de Viena de 1961, os membros do quadro diplomático de carreira gozam apenas de imunidade penal, que se estende aos membros da família quando estes vivam sob sua dependência e tenham sido incluídos na lista diplomática;

b) a Convenção de Viena de 1963 assegura aos cônsules inviolabilidade física e imunidade apenas processual penal, que também se estende à respectiva família;

c) a prisão preventiva do agente consular não é admitida, sob nenhuma hipótese, pela

Convenção de Viena de 1963;

d) a imunidade diplomática, na disciplina da Convenção de Viena de 1961, por ser ampla, impede que a autoridade policial possa investigar o crime, desde que demonstrado o envolvimento de membro do corpo diplomático;

e) todas as afirmativas estão incorretas.

17 – Tendo em vista as afirmações abaixo feitas sobre o Mercosul, assinale a resposta correta:

- a) os Estados que firmaram referido tratado, assumiram o compromisso de no prazo máximo de 10 (dez) anos, harmonizar suas legislações, nas respectivas áreas, para atingir o fortalecimento do processo de integração.
- b) com o Tratado de Assunção firmado em 26 de março de 1991, foi criado um mercado comum, denominado “Mercado Comum do Sul” (Mercosul), visando a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre todos os países que o chancelaram.
- c) o Mercosul é composto por quatro órgãos: o Conselho do Mercado Comum, a Comissão de Comércio, a Comissão Parlamentar Conjunta e a Secretaria Administrativa.
- d) o Mercosul, inicialmente foi constituído pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo sua estrutura institucional estabelecida através do Protocolo de Ouro Preto e com a adesão do Chile e da Bolívia, através do Tratado de Montevidéu.
- e) conforme documentos instituidores do Mercosul, as questões trabalhistas e previdenciárias, decorrentes da circulação de trabalhadores, serão dirimidas por um dos Estados integrantes, escolhido pela maioria absoluta dos demais Estados.

18 – Não invalidam os negócios jurídicos:

- a) as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;
- b) as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita;
- c) as condições incompreensíveis ou contraditórias;
- d) as condições captatórias;
- e) nenhuma das respostas acima.

19 – Assinale a assertiva correta:

- a) o prazo decadencial pode ser suspenso ou interrompido nos casos previstos em lei;

- b) o juiz deve conhecer de ofício o prazo decadencial convencional;
- c) é vedado o conhecimento de ofício do prazo prescricional, em qualquer hipótese;
- d) a prescrição admite renúncia expressa antes de consumado o prazo respectivo;
- e) os prazos de prescrição podem ser convencionalmente alterados.

20 – Assinale a assertiva correta:

- a) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, lesão e fraude contra credores;
- b) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores;
- c) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e nos demais casos expressos em lei;
- d) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e nos demais casos expressos em lei;
- e) os atos jurídicos são anuláveis: por incapacidade relativa do agente, por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

21 – Assinale a assertiva correta:

- a) nas obrigações alternativas a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;
- b) nas obrigações alternativas ocorre a indivisibilidade, admitida somente nas prestações anuais a faculdade de opção em cada período;
- c) nas obrigações alternativas ocorre a indivisibilidade, admitido, nas prestações periódicas, o exercício do jus variandi em cada período;

d) nas obrigações alternativas se, por culpa do devedor, não se puder cumprir nenhuma das prestações, não competindo ao devedor a escolha, ficará aquele obrigado a pagar o valor da que por último se impossibilitou, mais as perdas e danos que o caso determinar;

e) nenhuma das respostas acima está correta.

22 – Assinale a assertiva incorreta:

a) na assunção de dívida, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito, com todas as suas garantias, salvo as garantias especiais por ele originariamente dadas ao credor.

b) dada a evicção da coisa renunciada por um dos transigentes, ou por ele transferida à outra parte, não revive a obrigação extinta pela transação.

c) se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada, ressalvados os direitos de terceiros.

d) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, sendo que a diferença de causa nas dívidas impede a compensação em qualquer hipótese.

e) obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.

23 – No crime de difamação a exceção da verdade é admissível quando:

a) O agente é incapaz, e portanto, devida a verificação da falsidade da imputação;

b) O ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;

c) O ofendido macula a honra subjetiva do agente anteriormente ao fato criminoso por este praticado;

d) O agente é funcionário público e o fato que lhe é imputado efetivou-se fora do exercício funcional;

e) O fato é praticado mediante paga ou promessa de recompensa.

24 – Quais as espécies de tipo?

- a) Tipos subjetivos, legitimadores e privilegiados;
- b) Tipos normativos e objetivos;
- c) Tipos permissivos, derivados, privilegiados e omissivos;
- d) Tipos permissivos ou justificadores e tipos incriminadores;
- e) Tipos comissivos, derivados e incriminadores.

25 – Em relação às assertivas abaixo:

I – é de sessenta quilos o peso máximo que um empregado do sexo masculino pode remover individualmente;

II – ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 quilos, para o trabalho contínuo, ou 25 quilos, para o trabalho ocasional,

salvo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carro de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos;

III – a duração normal da jornada de trabalho dos empregados que prestam serviços nas empresas jornalísticas como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, não deverá exceder de 5 horas, tanto de dia como à noite, podendo ser elevada a 7 horas, mediante

acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, e em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou à refeição, salvo para aqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria;

IV – não serão descontadas, no decurso de 9 dias, as faltas ao serviço do professor por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho;

V – Ocorrendo a dispensa do titular da representação dos empregados na CIPA, cabe ao

empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar que a extrema medida tomada teve como justificativa motivo disciplinar, econômico, financeiro ou técnico, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

Marque:

- a) se somente uma assertiva estiver correta;
- b) se somente duas assertivas estiverem corretas;
- c) se somente três assertivas estiverem corretas;
- d) se somente quatro assertivas estiverem corretas;
- e) se todas as cinco assertivas estiverem corretas.

26 – Em relação ao trabalho do menor:

I – O Juiz de Menores poderá autorizar o trabalho do menor em empresas circenses, em

funções de acrobacia, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; mas não poderá autorizá-lo em boates, cassinos e cabarés;

II – Somente em casos excepcionais as férias do menor serão concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos;

III – Considerando a necessidade de proteção ao menor na CLT, quando o menor de 18 anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas trabalhadas em cada um serão totalizadas;

IV- Não há previsão legal para o responsável legal do menor, unilateralmente, pleitear a extinção do contrato de trabalho;

V -Excepcionalmente, por motivo de força maior, a duração diária do trabalho do menor poderá ser prorrogada até 12 horas, desde que o seu trabalho seja imprescindível ao funcionamento da empresa.

Marque:

- a) se somente uma assertiva estiver correta;
- b) se somente duas assertivas estiverem corretas;
- c) se somente três assertivas estiverem corretas;
- d) se somente quatro assertivas estiverem corretas;
- e) se todas as cinco assertivas estiverem corretas.

27 – Observe as assertivas abaixo:

I – É ilegal contratar um empregado para receber salário inferior ao mínimo legal, como, por exemplo,  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, ainda que o contrato de trabalho preveja jornada de trabalho reduzida, como, por exemplo, 110 horas mensais, tendo em vista a garantia assegurada no art.7º,IV, da Constituição Federal;

II – Não há distinção entre o trabalho realizado por um empregado, no estabelecimento do empregador, e o executado por um trabalhador em seu próprio domicílio ainda que descaracterizada a relação ;

III - Para os empregados com o contrato de trabalho em vigor, a opção pelo regime de tempo parcial de trabalho, cuja duração não exceda a 25 horas semanais, deverá ser manifestada, individualmente, por escrito, não se admitindo ajuste tácito, devendo o salário guardar a correta proporcionalidade em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral;

IV - Em qualquer trabalho contínuo é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas. O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministério do Trabalho.

V - É direito do trabalhador, seja qual for o regime de trabalho, converter  $\frac{1}{3}$  do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. Desde que requerido até 15 dias antes do término do período aquisitivo, não poderá o empregador opor qualquer objeção, devendo efetuar o pagamento da remuneração não só das férias, mas também do abono, até dois antes do respectivo período.

Marque:

- a) se apenas uma assertiva estiver errada;
- b) se apenas duas assertivas estiverem erradas;
- c) se apenas três assertivas estiverem erradas;
- d) se apenas quatro assertivas estiverem erradas;
- e) se todas as cinco assertivas estiverem erradas.

28 – Observe as assertivas abaixo:

I – Em não havendo cláusula expressa no contrato de trabalho ou à falta de prova, presume-se que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal;

II – Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados, na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade;

III – Para os efeitos do art. 458 da CLT, não serão considerados como salário: assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente pelo empregador ou mediante seguro-saúde; seguros de vida e de acidentes pessoais; transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV – Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que fique configurada a suspensão do contrato de trabalho, tendo em vista que durante o período de afastamento o empregado deverá continuar recebendo sua remuneração;

V – No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora é

solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em relação ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas na Lei nº 6019/74.

Marque:

- a) se apenas uma assertiva estiver errada;
- b) se apenas duas assertivas estiverem erradas;
- c) se apenas três assertivas estiverem erradas;
  
- d) se apenas quatro assertivas estiverem erradas;
- e) se todas as cinco assertivas estiverem erradas.

29 – No contrato de trabalho o “pacto comissório tácito” :

- a) Opera-se ipso iuris;
- b) Somente pode operar-se ope iudicis;
- c) Incorre porque o contrato de trabalho é sinalagmático;
- d) Exige a reiteração continuada da inexecução para que possa ser alegado;
- e) Somente ocorre por inexecução faltosa por parte do empregador;

30 – A C.L.T., no que se refere ao trabalho extraordinário :

- a) Exige sempre a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho;
- b) Não faz qualquer alusão quanto à obrigatoriedade de descanso antes do início do período extraordinário de trabalho;
- c) Exige a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho apenas para a prorrogação do horário normal da mulher e do menor;
- d) Exige sempre a concessão de um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos quando houver qualquer prorrogação do horário normal, ainda que não seja ao início do período extraordinário de trabalho;

e) Exige a concessão de um descanso mínimo de 30 (trinta) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho apenas para a prorrogação do horário normal da mulher e do menor;

31 – O empregado que injustificadamente faltar ao serviço por 05 (cinco) dias no curso do período aquisitivo de férias:

a) não perde o direito de gozá-las por inteiro;

b) adquire o direito a apenas 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias;

c) pode ter descontado do período de férias apenas os dias de faltas injustificadas, quando não excedentes de 05 (cinco);

d) perde apenas o adicional de um terço sobre o salário normal;

e) perde apenas a possibilidade de conversão em pecúnia de um terço do período de férias.

32 – Considerando os objetivos que a Constituição da República preconiza para a Lei Orgânica da Seguridade Social, afirma-se:

I – a diversidade de sua base de financiamento torna impossível a universalidade da cobertura e do atendimento dos direitos a que se destina a seguridade social.

II – a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais não se aplicam à garantia do direito à saúde, porque prestada mediante serviço descentralizado.

III – a seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços são inconciliáveis com a regra de sua uniformidade e equivalência para as populações urbanas e rurais.

IV – o princípio da seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços não ofende o postulado da isonomia.

À vista dessas afirmativas, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

- a) são verdadeiras as proposições II e IV;
- b) apenas a proposição IV é verdadeira;
- c) apenas a proposição II é verdadeira;
- d) são verdadeiras as proposições I e III;
- e) são verdadeiras as proposições III e IV.

33 – O princípio da solidariedade na seguridade social permite concluir que:

I – o seguro social está alicerçado em contribuições dos segurados e de seus empregadores, com o concurso do Estado, vertidas igualmente;

II – o texto constitucional não é exaustivo das fontes de custeio do seguro social;

III – as contribuições a cargo das empresas para financiamento do seguro social devem ser proporcionais à sua folha de salários;

IV – não são apenas os segurados do sistema que estão sujeitos a concorrer para seu custeio.

Considerando-se a Constituição da República, assinale, dentre as abaixo, a única alternativa correta:

- a) todas as conclusões acima são verdadeiras;
- b) somente a proposição IV é falsa;
- c) são falsas as proposições I e III;
- d) somente a proposição II é verdadeira;
- e) somente a proposição III é verdadeira.

34 – Considerando-se o ordenamento legal da previdência social brasileira, podemos afirmar:

I – os sistemas de previdência social, instituídos pelos Municípios em benefício de seus servidores, integram o Regime Facultativo Complementar da Previdência Social;

II – os preceitos do Regime Geral de Previdência Social são supletivos do Regime Facultativo Complementar;

III – existe pluralidade de órgãos de deliberação colegiada na estrutura organizacional da previdência social brasileira;

IV – a instituição de regime de previdência próprio, por Município, é excludente do regime da previdência geral para seus servidores.

Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

a) todas são verdadeiras;

b) são verdadeiras as proposições II e IV;

c) são falsas as proposições I e III;

d) são verdadeiras as proposições III e IV;

e) apenas a proposição IV é verdadeira.

35 – Consideradas as prestações a cargo do Regime Geral de Previdência Social, conforme legislação em vigor, afirma-se:

I – os eventos decorrentes de acidente impõem à Previdência benefícios e serviços específicos em favor do segurado;

II – o auxílio-doença e o salário-maternidade para a segurada empregada independem de prazo de carência;

III – a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, assegura-lhe o acesso aos benefícios previdenciários;

IV – os benefícios e serviços se confundem, porque todos são prestações do Regime Geral de Previdência Social.

Analisadas essas proposições, assinale a única alternativa correta:

- a) apenas é verdadeira a proposição II;
- b) todas as proposições são falsas;
- c) é verdadeira a proposição III;
- d) todas as proposições são verdadeiras;
- e) apenas são verdadeiras as proposições II e III.

36 – Considerando-se os benefícios previdenciários legalmente assegurados, afirma-se:

I – respeitados os direitos adquiridos, nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício, na data do reajustamento;

II – salário-de-contribuição e salário-de-benefício se identificam na medida em que este é calculado com base naquele;

III – para a aferição do salário-de-benefício considera-se apenas a simples média aritmética dos maiores salários-de-contribuição, durante todo período contributivo.

IV – a parcela da gratificação natalina do segurado empregado está sujeita à contribuição previdenciária.

Analisando essas proposições, assinale a única alternativa correta:

- a) são verdadeiras as proposições I, II e IV;
- b) apenas a proposição II é falsa;
- c) todas as proposições são falsas;
- d) são verdadeiras as proposições I e IV;
- e) apenas a proposição IV é verdadeira.

37 – Observando-se as seguintes proposições:

I) é cabível a reconvenção na execução trabalhista;

II) o juiz do trabalho pode denegar seguimento ao recurso ordinário se a matéria nele ventilada contrariar súmula da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;

III) o recurso adesivo é cabível na hipótese de sucumbência recíproca, sendo desnecessário o depósito a que alude o art. 899, parágrafo 1º da CLT;

IV) na execução por carta compete ao juiz deprecado o julgamento dos embargos do devedor, salvo se versarem vícios inerentes à penhora ou a ela posteriores;

V) a citação do devedor, para o processo de execução, tanto pode ser feita pessoalmente ao executado, quanto na pessoa de seu preposto ou advogado, só não se admitindo a via postal.

Assinale a letra correta:

a) as afirmativas II e IV estão corretas;

b) as afirmativas IV e V estão corretas;

c) as afirmativas I e III estão corretas;

d) as afirmativas III e V estão corretas;

e) todas as afirmativas estão incorretas

38 – Considere as seguintes assertivas:

I) é cabível recurso ordinário ao TST de acórdão proferido por TRT no julgamento de agravo regimental em reclamação correicional;

II) em caso de procedência parcial dos pedidos formulados em dissídio individual, cabe ao juízo condenar as partes ao pagamento de custas proporcionais, face o instituto da sucumbência recíproca, aplicável ao Processo do Trabalho;

III) as custas processuais a que foi condenado o sucumbente devem ser comprovadas até o quinquídio que sucede a protocolização do recurso;

IV) o agravo de petição, cujo objeto seja a discussão do montante do débito, atualmente só pode ser recebido se o agravante delimitar, de modo justificado, as matérias e valores impugnados;

V) salvo se versar matéria constitucional, é inadmissível qualquer recurso quando o valor da causa seja igual ou inferior a dois salários mínimos profissionais da categoria.

Responda:

- a) I e II estão corretas;
- b) III e IV estão corretas;
- c) IV e V estão corretas;
- d) apenas IV está correta;
- e) todas são falsas.

39 – Considere as proposições abaixo, a partir do contido nas normas da CLT, Constituição Federal e em súmulas da jurisprudência do TST.

I) é legítima a substituição processual dos empregados associados pelo sindicato da categoria profissional na demanda trabalhista cujo objeto seja o adicional de insalubridade ou periculosidade;

II) é legítima a substituição processual dos empregados associados pelo sindicato da categoria profissional na demanda trabalhista cujo objeto seja a supressão de vantagens de funcionário público estatutário;

III) é legítima a substituição processual dos empregados associados pelo sindicato da categoria profissional na demanda trabalhista cujo objeto seja a demissão espontânea de empregado antes de completar doze meses de serviço na empresa;

IV) o sindicato tem legitimidade para propor a ação qualquer que seja o direito demandado, desde que diga respeito à toda categoria profissional;

V) é correto dizer que o artigo 8º, III da CF/88 não assegura a substituição processual pela categoria.

Responda:

- a) estão corretas I, II e IV;
- b) estão corretas II, IV e V;
- c) estão corretas IV e V;
- d) estão corretas I e V;
- e) todas são falsas.

40 – O juízo de 1º grau julgou extinto o processo sem julgamento do mérito por entender ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Contra esta decisão foi interposto recurso ordinário, em que se discutia o tema da extinção em preliminar, adentrando-se, ainda o mérito da causa. Diante de tal situação seria correto afirmar que:

- a) acolhendo a preliminar, o Tribunal necessariamente determinaria a baixa dos autos para o julgamento do mérito, evitando-se, assim, a supressão da instância;
- b) ainda que o Tribunal rejeitasse a preliminar contida no recurso, deveria adentrar o mérito, tendo em vista que toda a matéria objeto da lide deveria ser conhecida, face o efeito devolutivo do recurso;
- c) acolhida a preliminar, sendo a matéria de direito e estando o processo em condições de julgamento, poderá o Tribunal adentrar inclusive o mérito da demanda;
- d) o Tribunal poderá agir da forma prevista no item anterior, ainda que a matéria de mérito seja fática;
- e) em nenhuma hipótese poderá o Tribunal apreciar a matéria meritória.

41 – Assinale a alternativa correta:

- a) a incompetência relativa deve ser argüida pela parte interessada no momento oportuno, sendo defeso ao juiz pronunciá-la de ofício; caso a parte não o faça, ocorre a preclusão e conseqüente prorrogação da competência;
- b) falece competência material à Justiça do Trabalho para julgar ação trabalhista intentada pelo sindicato em face do empregador visando à cobrança de contribuição assistencial contemplada em sentença normativa;
- c) no dissídio individual em que figure viajante ou agente, seja como reclamante, seja como reclamado, havendo filial ou agência a que esteja diretamente subordinado, competente é a Vara da localidade da celebração do contrato, ou a da prestação dos respectivos serviços;
- d) inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho o julgamento de mandado de segurança impetrado por sindicato atacando ato de autoridade do Ministério do Trabalho;
- e) a incompetência absoluta, quando não declarada de ofício pelo Juízo, resta prorrogada, não sendo mais passível de declaração por qualquer outra instância.

42 – Dadas as asserções, assinale a resposta correta:

I – três contribuintes, domiciliados na mesma localidade, propõem ações distintas contra a União, pedindo a restituição do Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF) recolhido sobre férias convertidas em pecúnia. As ações devem ser processadas e julgadas pelo juiz federal que despachou em primeiro lugar, em virtude da conexão;

II – o ingresso do sub-locatário, como assistente, numa ação de despejo proposta em face do locatário consubstancia espécie de assistência simples ou dependente;

III – na assistência litisconsorcial, a desistência da ação, manifestada pelo assistido e

devidamente homologada, impede que o assistente prossiga litigando na defesa de seu direito;

IV – quando vários acionistas, na sociedade por ações, pedem declaração de nulidade ou a anulação de deliberação da Assembléia-Geral, consubstancia-se uma hipótese de

litisconsórcio unitário facultativo.

- a) estão corretas as proposições I, II e IV;
- b) estão corretas as proposições III e IV;
- c) estão corretas as proposições II e IV;
- d) estão corretas as proposições I e II;
- e) todas as proposições estão corretas.

43 – Indique a alternativa correta:

I – a presença da União ou de qualquer dos seus entes, na ação de usucapião especial, afasta a competência do foro da situação do imóvel;

II – compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias e empresas públicas;

III – As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter

reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da

demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

IV – a extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, prescinde de requerimento do réu.

- a) estão corretas as proposições I e II;
- b) estão corretas as proposições II e III;
- c) somente está correta a proposição II;
- d) estão corretas as proposições II e IV;
- e) todas as proposições estão corretas.

44 – Sabendo-se ser o recurso o instrumento processual através do qual a parte ou outrem autorizado por lei pleiteia, voluntariamente, o reexame da decisão, com o fim de modifica-la, cassa-la ou integra-la, deverá ser assinalado abaixo a única alternativa correta:

- a) para a reforma da sentença proferida pelo 1º grau de jurisdição será sempre indispensável que a parte ou um 3º interessado autorizado por lei interponha o recurso específico para o caso concreto, tudo em respeito ao princípio da voluntariedade recursal;
- b) Tem o Ministério Público legitimidade para recorrer apenas nos feitos em que tenha atuado como órgão agente, sendo que naqueles em que oficiou como fiscal da lei sua legitimidade ficará condicionada à existência de recurso interposto pela parte sucumbente na demanda;
- c) a desistência, a renúncia, a aceitação da decisão e a transação acerca do objeto litigioso são considerados como fatos impeditivos ao exercício da recorribilidade, ante a configuração da preclusão lógica, e se inserem como um dos requisitos extrínsecos para a admissibilidade dos recursos;
- d) o efeito devolutivo da apelação autoriza o tribunal a apreciar questões anteriores à sentença, ainda não decididas, e a parte a suscitar questões de fato não propostas no juízo inferior, desde que comprove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior;
- e) contra a decisão denegatória de mandado de segurança proferida em única instância pelos Tribunais Superiores poderá a parte interessada demonstrar seu inconformismo através do recurso extraordinário a ser processado e julgado perante o Supremo Tribunal Federal.

45 – Assinale a única alternativa correta:

- a) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, o que deverá ser feito através de decisão fundamentada, ainda que sucinta, sendo seu instrumento impugnativo o mandado de segurança;
- b) a antecipação da tutela jurisdicional representa para a parte requerente a obtenção antecipada dos efeitos práticos do provimento futuro, representando assim uma tutela

satisfativa imediata, podendo todavia o juiz deferir, a título de tutela antecipada, uma vez presentes os respectivos pressupostos, medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado;

c) o poder do juiz para o deferimento da tutela antecipada contra a Fazenda Pública sofre restrições pela legislação em vigor, uma vez que a ela se aplica o disposto nos artigos 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no artigo 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos artigos 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, salvo se tratando de demanda que tenha por objeto a reclassificação ou a concessão de aumentos para servidores públicos;

d) a antecipação da tutela não poderá ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado e também nas demandas onde hajam pedidos cumulados;

e) não existe nas alternativas antecedentes uma única opção correta.

46 – Assinale a única alternativa incorreta:

a) a execução provisória da sentença, no processo civil, far-se-á do mesmo modo que a definitiva, sendo que o levantamento em dinheiro dependerá da prestação de caução idônea, que poderá ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar, até o limite de sessenta salários mínimos, quando o exequente se encontrar em estado de necessidade;

b) não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, sendo que, para ter eficácia executiva, haverá de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação;

c) o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria ou pelos advogados transatores presta-se como reconhecimento de dívida sem eficácia de título executivo, podendo sua cobrança ser alcançada através da ação monitória;

d) ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal, realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados;

e) na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, revela-se o precatório de requisição como sendo o instrumento hábil para seu cumprimento.

47 – A respeito do tema das condições da ação, pode-se afirmar que o interesse de agir vincula-se:

- a) a um pleito legítimo e que se revista de moralidade.
- b) à existência pura e simples de um conflito intersubjetivo.
- c) à vontade de se obter prestação jurisdicional que virá a ter necessariamente repercussão de ordem patrimonial.
- d) à necessidade e utilidade, econômicas ou simplesmente jurídicas, na obtenção da prestação jurisdicional.
- e) à necessidade de obtenção de sentença que venha a condenar o réu em obrigação de pagar quantia certa.

48 – Ocorre fraude à execução em virtude:

- a) da alienação dos bens do devedor após citado este para o pagamento.
- b) da alienação dos bens do devedor a qualquer tempo, devendo ser examinada em ação dita pauliana ajuizada na Justiça Comum.
- c) da ausência de satisfação ou garantia do que devido, até o prazo de 48 horas após ter sido efetivada a citação.
- d) da alienação de bens, à época em que tramitava contra o executado demanda capaz de reduzi-lo à insolvência.
- e) da alienação de bens do devedor, unicamente se reconhecido este como sócio da pessoa jurídica executada, observada a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

49 – Recebendo uma petição inicial, o Juiz constata a decadência; o procedimento correto seria o de:

- a) julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, eis que constatada evidente carência do direito de ação;
- b) declarar o processo extinto sem julgamento do mérito, já que ausente pressuposto básico para sua constituição e prosseguimento;
- c) decretar a extinção do processo com julgamento do mérito;
- d) conceder o prazo de 15 dias para o autor apresentar emenda objetivando sanar a falha verificada;
- e) não tomar qualquer providência de ofício, porquanto a declaração de extinção só pode ocorrer se houver manifestação da parte interessada.

50 – Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz indeferirá a perícia, além de outras hipóteses, quando se revelar como de demorada e onerosa concretização, embora tecnicamente praticável;
- b) no processo civil compete ao juiz indeferir os quesitos impertinentes, abstando-se, contudo, de formular quesitos próprios, face o princípio dispositivo e a possibilidade de pré-julgamento de parte da matéria objeto da perícia;
- c) ao realizar a inspeção judicial direta, o juiz poderá, fundamentadamente, impedir as partes que a assistam, ou mesmo que estas produzam observações que considerem de interesse para o deslinde da controvérsia;
- d) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, determinar a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer esclarecida o suficiente; se destinada a corrigir inexatidão de resultados da primeira perícia, a segunda, em tal hipótese, substituirá a anterior;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

GABARITO

QUESTÕES 1ª Etapa QUESTÕES 1ª Etapa

1 C 26 B

2 B 27 E

3 C 28 A

4 A 29 A

5 C 30 C

6 E 31 A

7 B 32 B

8 B 33 C

9 D 34 D

10 A 35 B

11 E 36 D

12 B 37 E

13 A 38 D

14 B 39 D

15 A 40 C

16 E 41 A

17 B 42 C

18 E 43 B

19 A 44 D

20 D 45 B

21 C 46 C

22 D 47 D

23 B 48 D

24 D 49 C

PRIMEIRA PROVA – SEGUNDA ETAPA

1 – No que se refere às agências reguladoras, assinale a alternativa incorreta:

a) no âmbito de suas atribuições têm o poder de polícia administrativa nos limites traçados pela

respectiva lei;

b) por integrar a Administração Indireta, se submetem às regras impostas pelo artigo 37 da Constituição da República, muito embora estejam submetidas diretamente à comissão de fiscalização, controle e normas de entes paraestatais da Câmara dos Deputados;

c) estão habilitadas a dirimir litígios que envolvam as empresas que realizam atividades por ela controladas, ou entre estas e os respectivos usuários;

d) seus dirigentes, pelos atos praticados, podem ser demandados em ação popular ou ação civil pública, esta por iniciativa do Ministério Público;

e) possuem direção colegiada, sendo seus membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.

2 – O inquérito civil público foi uma das grandes novidades criadas pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, vindo a receber posteriormente tratamento constitucional (artigo 129, inciso III) e referência em outras leis supervenientes à Constituição da República, tais como, v.g., o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e a Lei Orgânica do

Ministério Público da União. Por outro lado, consiste o inquérito civil público em um procedimento destinado a uma investigação administrativa prévia, a cargo do Ministério Público, para a colheita de elementos de convicção para que o próprio órgão ministerial possa identificar se ocorre circunstância que enseje eventual propositura de ação civil pública ou coletiva. Assim considerando, assinale, dentre as listadas abaixo, a única alternativa correta no que concerne às considerações acima feitas e à luz da legislação vigente:

a) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinar, o qual não poderá ser inferior a dez dias, sendo que somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá o destinatário da requisição negar o fornecimento da certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles

documentos, cabendo ao juiz requisita-los;

b) A instauração do inquérito civil tem por pressuposto a ciência pelo Ministério Público do ilícito a ser investigado e que poderá desaguar no ajuizamento da ação civil pública ou coletiva, provocação que poderá ser feita por iniciativa de qualquer pessoa ou por dever funcional do servidor público, sendo que contra eventual decisão de arquivamento, depois de esgotadas todas as diligências, uma vez constatada a inexistência de fundamento, caberá a interposição pela parte interessada de recurso administrativo para o Chefe da Instituição, cujo acolhimento importará na determinação para o ajuizamento da respectiva ação;

c) tratando-se de procedimento administrativo vinculado ao ajuizamento de ação civil pública ou coletiva, pode-se afirmar que o inquérito civil somente poderá ter por objeto de investigação aquelas matérias que estejam a autorizar o ajuizamento da respectiva demanda coletiva, quais sejam, apenas as relacionadas à proteção do patrimônio público e social e do meio ambiente, sob pena de configuração de abuso de poder por extrapolação dos limites de atribuição;

d) constitui crime, punido com pena de reclusão de dois a cinco anos, mais multa a ser arbitrada pelo juiz da causa, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público;

e) os órgãos públicos dotados de legitimidade para a instauração do inquérito civil poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, o que valerá como base de prova escrita sem eficácia de título executivo.

3 – Marque com “V” a assertiva verdadeira e com “F” a falsa, assinalando, em seguida, a opção correspondente:

( ) os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

( ) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidades dos dirigentes e a remuneração do pessoal;

( ) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

( ) ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de vinte e quatro meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação através dos fatores de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, sendo-lhe vedado o exercício de quaisquer cargos de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

a) V, V, V, V;

b) V, V, F, F;

c) F, F, F, V;

d) F, F, V, F;

e) V, F, V, V.

4 – Quanto à forma administrativa para uso especial dos bens públicos por particulares está correto afirmar:

a) autorização de uso é ato negocial, unilateral, discricionário e precário, através do qual a administração faculta ao particular a utilização de determinado bem público;

b) cessão de uso é a transferência onerosa da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, por tempo indeterminado, ainda que se admita uma

prorrogação;

c) enfiteuse é um instituto civil através do qual a Administração transfere o domínio direto de imóvel público, mantendo todavia o domínio útil sobre o bem aforado;

d) concessão de uso é modalidade de contrato administrativo pelo qual o poder público concede ao particular a utilização exclusiva de um bem público para exploração conforme sua destinação específica;

e) todas as afirmativas acima estão corretas.

5 - Assinale a opção errada:

a) os requisitos do ato administrativo são a competência, a forma, a finalidade, o motivo e a presunção de legitimidade;

b) o objeto corresponde ao efeito jurídico pretendido pelo ato e decorre de expressa previsão legal;

c) o motivo corresponde à situação de direito e fática, que enseja o ato administrativo e determina sua edição;

d) a forma ou forma legal é traçada na norma de direito, podendo ser escrita, oral ou simbólica, em especial nas hipóteses emergenciais ou de urgência;

e) a finalidade é fixada por lei ou norma regulamentar e sempre deverá retratar o interesse público.

6 - Assinale a opção certa:

a) fundações são entidades dotadas de personalidade

jurídica de direito público, com fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido pelos

respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes;

b) autarquias possuem natureza administrativa e personalidade de direito público, para elas convergindo a execução de atividades antes desenvolvidas pela

entidade estatal que as criou;

c) empresa pública é entidade dotada de personalidade de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Estado, criada por decreto legislativo, para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima;

d) sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei, para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima;

e) serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com fins lucrativos, vinculados a categorias profissionais e destinados ao fomento de assistência médica, social e de ensino.

7 – Quanto ao servidor público da administração autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, é correto afirmar:

a) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo ou emprego, não sendo facultado optar pela sua remuneração;

b) investido no mandato de Vereador, não poderá perceber as vantagens do cargo ou emprego cumulativamente com a remuneração do cargo eletivo, ainda que haja compatibilidade de horários, em face da proibição de acumulação, salvo nas hipóteses excepcionadas no artigo

37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição vigente;

c) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

d) em caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por antiguidade ou merecimento;

e) todas as alternativas estão erradas.

8 – O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis é exercido:

- a) pelo STF, com exclusão de qualquer outro Tribunal ou juízo;
- b) por qualquer Juiz ou Tribunal do país nos casos concretos (controle difuso) e, em tese, em se tratando de lei ou ato normativo federal ou estadual, apenas pelo STF (controle concentrado);
- c) pelo STF apenas em tese, cabendo o controle difuso aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Superiores da União;
- d) pelo STF, que tem a função de Corte Constitucional e, ainda, pelos Tribunais Superiores da União e Tribunais de Justiça dos Estados, excluídos os juízes singulares;
- e) de forma exclusivamente difusa, pela magistratura de 1º grau de todo país.

9 – A ausência da lei prevista na CF para dispor sobre determinada matéria caracteriza:

- a) simples lacuna do ordenamento jurídico, a ser preenchida pelo intérprete na análise de cada caso concreto;
- b) situação de inconstitucionalidade por omissão;
- c) uma indicação ao legislador, sem maiores conseqüências, pois a produção da lei neste caso se enquadra no pressuposto da discricionariedade administrativa;
- d) norma meramente programática, típica de Constituições que apenas enunciam valores e princípios;
- e) uma situação impossível, visto que nossa Carta não contém qualquer omissão neste sentido.

10 – A Constituição assegura a garantia do emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. O TRT, em dissídio coletivo proposto pelos empregados do comércio, concedeu garantia de até 180 dias. O empregador dispensou a empregada no 170º dia após o parto. Demandado em ação trabalhista, afirmou ser inconstitucional a decisão normativa. Seria correto afirmar que:

- a) a decisão normativa não é inconstitucional; o juízo de 1º grau deverá, contudo, adequar a cláusula ao limite da previsão contida na Carta Política;
- b) a decisão é inconstitucional por violar direta e literalmente dispositivo da Carta;
- c) a decisão não é inconstitucional porque o poder normativo exige observância dos limites mínimos fixados na Carta Magna, podendo ser concedido um plus além daqueles;
- d) é inconstitucional porque no Direito do Trabalho deverá prevalecer sempre o interesse coletivo;
- e) é inconstitucional, mas assim só poderá ser declarado mediante ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

11 – O mandado de injunção:

- a) visa a garantir o exercício dos direitos fundamentais através de ordem judicial proibindo a autoridade pública de violar a constituição;
- b) como o mandado de segurança coletivo, visa a obter a proteção de direitos através de normas gerais, mas refere-se apenas aos casos de omissão da autoridade pública;
- c) diz respeito à inconstitucionalidade por omissão, mas, diferentemente da ação direta, pode ser impetrado por quem não possa exercer direitos e liberdades constitucionais por falta de norma regulamentadora;
- d) tem natureza jurídica semelhante à do mandado de segurança, mas refere-se à proteção de direitos em caso de ilegalidade ou abuso de poder por omissão da autoridade pública;
- e) equipara-se à ação popular, visando, como esta, a tutela de interesses difusos.

12 – Quanto aos direitos sociais contidos na Carta, e mais especificamente em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais mencionados no artigo 7º, incisos I a XXXIV da Constituição, poderíamos afirmar que:

- a) constituem um elenco exaustivo e minucioso de direitos, sendo impossível o deferimento de outros através de lei ou negociação coletiva.

b) traduzem um rol meramente exemplificativo de direitos; estes não poderão ser, contudo, ampliados sob pena de violação literal da Constituição.

c) contém dispositivos pétreos da Carta, não podendo ser modificados sequer por emenda constitucional.

d) contém um núcleo forte de direitos nada impedindo, contudo, que estes sejam ampliados, tendo em vista ser o Direito do Trabalho um conjunto mínimo de regras protetoras do

trabalhador.

e) constituem em seu conjunto normas meramente programáticas, indicando a vontade do legislador de implementar um estado do bem-estar social.

13 – A competência normativa da Justiça do Trabalho, consubstanciada no chamado poder normativo, tem previsão constitucional e significa:

a) a possibilidade de os tribunais trabalhistas editarem súmulas e prejulgados com força normativa e vinculante em relação às instâncias superiores.

b) a prerrogativa dos tribunais do trabalho de se auto-organizarem, elaborando de forma soberana seus próprios regimentos internos.

c) a competência de editar normas e obrigações através das chamadas sentenças normativas proferidas em dissídios coletivos.

d) que o enunciado é falso, visto que a competência e o poder normativos não foram recepcionados pela Carta de 1988.

e) a prerrogativa de enunciar normas de caráter meramente programático, contendo recomendações para as categorias profissional e econômica.

14 – Aponte abaixo a hipótese de controle de constitucionalidade judicial preventivo:

- a) mandado de Segurança impetrado por membro do Senado Federal junto ao STJ, contra proposta de lei complementar que viole dispositivo fundamental constitucional;
- b) ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra proposta de emenda à Constituição em tramitação no Congresso e que viole cláusula pétreia, exercendo o parquet excepcionalmente e cautelarmente sua função de defesa da sociedade de forma ampla;
- c) mandado de Segurança impetrado por membro do Congresso Nacional no STF, contra proposta de emenda à Constituição que viole cláusula pétreia, ao argumento de que o impetrante é titular de direito líquido e certo a não se sujeitar a processo legislativo inconstitucional;
- d) mandado de Segurança impetrado pelo Procurador Geral da República junto ao STF, visando obstaculizar processo legislativo que busque aprovar pela dupla revisão emenda a cláusula pétreia constante da Constituição Federal;
- e) ação Direta de Inconstitucionalidade proposta junto ao STF visando afastar projeto de lei que viole direito fundamental;

15 - Quando o controle de constitucionalidade judicial repressivo é arguido como causa de

pedir, temos:

- a) controle concentrado na via de ação direta de inconstitucionalidade;
- b) controle na via de ação direta de constitucionalidade;
- c) controle difuso na via de exceção;
- d) controle concentrado na via de ação direta de constitucionalidade;
- e) controle na via interventiva.

16 – Observe as seguintes proposições:

I – qualquer das partes litigantes pode recusar o juiz da causa, observado o prazo legal, em qualquer tempo ou grau de jurisdição;

II – é lícito ao credor, sendo o mesmo o devedor, cumular várias execuções, ainda que

fundadas em títulos diferentes, bastando apenas que seja idêntica a forma do processo;

III – a gradação imposta pelo art.655 do CPC traz em segundo lugar pedras e metais

preciosos; em sétimo, os semoventes e em último, direitos e ações;

IV – para os efeitos do processo civil, reputa-se autor de documento particular somente quem o fez e o assinou, ou aquele por conta de quem foi feito, tendo-o assinado;

V – cessa a fé do documento particular, ainda que não declarada judicialmente, quando lhe for contestada a assinatura e enquanto não se lhe comprovar a autenticidade;

Marque:

- a) se os itens I e II estão corretos, estando errado o item III;
- b) se estão errados os itens I e III, estando correto o item IV;
- c) se o item V está errado, estando corretos os itens I e II;
- d) se os itens III e V estão corretos, estando errado o item IV;
- e) se estão corretos os itens IV e V, estando errado o item II.

17 – Observe as seguintes proposições:

I – quando o perito for herdeiro presuntivo de alguma das partes, a parte interessada deverá argüir a suspeição na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, sendo certo que o juiz mandará processar o incidente, suspendendo o processo até o seu julgamento;

II – reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir;

III – a competência em razão da hierarquia e da matéria é inderrogável, podendo as partes, por convenção, modificar apenas a competência em razão do território, elegendo o foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações;

IV – no processo civil, correndo em separado ações conexas, perante juizes que têm a mesma competência territorial, a primeira citação válida torna prevento o juízo;

V – a denunciação da lide é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

Marque:

- a) se estão corretos os itens I e IV, mas errado o item III;
- b) se estão errados os itens II e V, mas correto o item III;
- c) se está correto o item II, mas errados os itens I e V;
- d) se está correto o item I, estando errados os itens III e IV;
- e) nenhuma das opções anteriores.

18 – Assinale a proposição correta:

- a) a citação sempre interrompe a prescrição;
- b) a citação nunca interrompe a prescrição;
- c) a citação válida, ainda que determinada por juiz incompetente, interrompe a prescrição;
- d) só a citação válida e quando determinada por juiz competente é que interrompe a prescrição;
- e) a citação, ainda que invalidada, se determinada por juiz competente interrompe a prescrição.

19 – Assinale a proposição incorreta:

- a) O autor reconvinco não precisa ser citado, bastando sua intimação na pessoa do advogado constituído para que conteste o pedido reconvenicional;
- b) A reconvenção é efetivamente uma ação autônoma;
- c) Cabe reconvenção ainda que a matéria possa ser alegada com idêntico efeito prático em contestação;

- d) A desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção;
- e) Ação e reconvenção devem ser julgadas na mesma sentença.

20 - Quando se dá a publicação da sentença proferida em gabinete?

- a) No dia em que a sentença é remetida ao Diário Oficial;
- b) No dia em que a sentença constar do Diário Oficial;
- c) No dia em que for lida em audiência;
- d) No dia em que for juntada aos autos pelo escrivão;
- e) No dia em que o escrivão recebe do Juiz a sentença.

21 - Quando a questão prejudicial é alcançada pela autoridade da coisa julgada?

- a) Quando a prescrição é pronunciada ex officio;
- b) Quando a hipótese é de decadência;
- c) Quando do retorno dos autos à Vara de origem, a prejudicial integrar a parte dispositiva da sentença, por ter sido decretada a nulidade em grau revisional pela falta de apreciação daquela questão;
- d) Quando for pronunciada a prescrição em matéria patrimonial em audiência;
- e) Na hipótese de ação declaratória incidental quando a apreciação da prejudicial se dá no dispositivo.

22 - Em se tratando de ação rescisória, observando-se o entendimento jurisprudencial majoritário do TST, pode-se afirmar que:

I – Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar

ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência, a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial.

II - Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo do prazo decadencial.

III - O prazo de decadência conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão de mérito na causa.

IV - Por se tratar de pressuposto intransponível para a comprovação do prazo decadencial, é indispensável a juntada à inicial da ação rescisória, da prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda, sob pena de indeferimento liminar;

V - A competência para julgar a ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho quando não conhecidos o recurso de revista e o de embargos.

Marque:

- a) se os itens I e IV estão errados e o item II está correto;
- b) se os itens II e IV estão corretos e o item III está errado;
- c) se o item V está errado e os itens III e IV estão corretos;
- d) se o item I está correto e os itens III e IV estão errados;
- e) se os itens I e II estão errados e o item V está correto.

23 - De acordo com o entendimento sumulado da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que:

I – A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 horas previsto no art. 7º, inciso XIV, da Constituição da República de 1988;

II – O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a dois salários mínimos;

III – O responsável solidário, integrante do grupo econômico, pode ser executado pelo débito da empresa reclamada, bastando, para tanto, que tenha participado da relação processual como reclamado;

IV – Ao serviço médico da empresa ou ao mantido por esta última mediante convênio, compete abonar os primeiros quinze dias de ausência ao trabalho;

V – O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber integralmente o adicional de periculosidade.

Marque:

- a) se o item I está correto e os itens II e III estão errados;
- b) se o item IV está correto e os itens I e V estão errados;
- c) se o item V está correto e os itens I e IV estão errados;
- d) se o item III está errado e os itens II e IV estão corretos;
- e) nenhuma das opções anteriores.

24 - De acordo com o art. 896 da CLT e o entendimento sumulado da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho temos:

I – Em dissídio individual, cabe recurso de revista quando o acórdão der ao mesmo regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida interpretação divergente que lhe houver dado a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;

II – Dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista o acórdão regional que dá interpretação apenas razoável a preceito de lei;

III – O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior de Trabalho, cabendo a interposição de agravo de instrumento em relação aos demais temas ventilados no recurso;

IV – Estando o acórdão regional de acordo com enunciado da Súmula do TST, poderá o

Ministro Relator, indicando-o, negar seguimento ao recurso de revista, mas não poderá fazê-lo se o acórdão regional violar direta e literalmente norma constitucional;

V – A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram.

Marque:

- a) se está errado o item I, estando corretos os itens III e IV;
- b) se estão corretos os itens IV e V, estando errado o item II;
- c) se estão corretos os itens I e V, mas errado o item IV;
- d) se estão errados os III e IV, mas correto o item II;
- e) se está correto o item I, estando errados os itens II e V.

25 - Observe as seguintes proposições:

I – Será concedida vista dos autos fora do cartório ou da secretaria aos procuradores das partes, ainda que com audiência marcada, salvo quando estiver correndo prazo comum;

II – Prescreve em cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, salvo nas ações que tenham objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.

III – Após a extinção do contrato de trabalho, prescreve em dois anos o direito para reclamar em juízo o não recolhimento da Contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

IV – Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes;

V – Pode a parte interessada suscitar conflito de jurisdição, desde que rejeitada a exceção de incompetência argüida.

Marque:

- a) se o item I estiver errado, mas corretos os itens III e V;
- b) se o item II estiver correto, mas errados os itens III e IV;
- c) se estiverem corretos os itens I e III, mas errado o item V;
- d) se estiverem errados os itens II e III, estando correto o item IV;
- e) se o item IV estiver errado, estando corretos os itens I e V.

26 – Para o exercício de suas atribuições institucionais, assegura a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, aos membros do Ministério Público do Trabalho:

- a) o direito de intervir obrigatoriamente em todos os feitos submetidos à jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- b) manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse da Fazenda Pública que justifique sua intervenção;
- c) promover a ação civil pública, perante os Tribunais do Trabalho, para a defesa dos direitos individuais indisponíveis violados em afronta às garantias constitucionais;
- d) recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, apenas nos processos em que tenha atuado como órgão agente, bem como pedir revisão de Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;
- e) atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

27 – Assinale a alternativa correta:

I – são legitimados concorrentemente para o ajuizamento da ação civil pública o Ministério

Público, a União, os Estados e os Municípios, assim como suas autarquias e fundações públicas, e as associações de classe, bastando para tanto que estejam constituídas há pelo menos um ano, nos termos da lei civil;

II – O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, assim como assumirá a titularidade ativa, se outro legitimado não o fizer, na hipótese de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada;

III – a ação civil será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa, e sua propositura prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo pedido;

IV – a sentença proferida na ação civil pública fará coisa julgada “erga omnes”, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) estão corretas as alternativas I, II e III;
- c) estão corretas as alternativas II e III;
- d) estão corretas as alternativas III e IV;
- e) estão corretas as alternativas II, III e IV.

28 - Analise as proposições abaixo:

I - os atos do empregador, no exercício do seu poder de comando, estão sujeitos ao controle pela Justiça do Trabalho;

II - não constitui coisa julgada no juízo trabalhista a decisão que julgar extinta a punibilidade;

III - se o empregado for absolvido no juízo criminal por ausência de elementos probatórios, a Justiça do Trabalho estará impossibilitada de pronunciar-se com ampla liberdade, e, portanto, confirmar a pena disciplinar, se novas provas suficientes demonstrarem a culpabilidade do empregado;

IV - pode haver ato faltoso sem haver crime que lhe corresponda.

MARQUE:

- a) se apenas a proposição II é falsa;
- b) se apenas a proposição III é falsa;
- c) se as proposições II e III são falsas;
- d) se todas as proposições são falsas;
- e) se todas as proposições são verdadeiras.

29 - No processo do trabalho o prazo para que o Reclamante se manifeste sobre a Exceção de Incompetência em razão do lugar quando argüida, é de:

- a) 48 horas;
- b) 05 dias;
- c) 10 dias;
- d) 24 horas;
- e) 15 dias;

30 - Legitimado para o manejo dos “Embargos de Terceiro”, está:

- a) Quem não foi parte no processo de conhecimento;
- b) Quem não é parte no processo de execução;
- c) Quem não sendo parte no processo de execução

defende bens que, em decorrência do título aquisitivo ou da qualidade em que os possui, não podem ser objeto de apreensão judicial;

d) Quem sendo ou não parte no processo de execução defende bens que, em decorrência do título aquisitivo ou da qualidade em que os possui, não podem ser

objeto de apreensão judicial;

e) Quem defende bens impenhoráveis, por expressa definição legal, sendo ou não parte no processo de conhecimento.

31 - Se a empresa A (tomadora) contrata a Empresa B (prestadora) para prestar-lhe serviços vinculados à sua atividade meio, ficando lotado determinado empregado nas dependências da primeira, o não-pagamento das verbas resilitórias do trabalhador por B (que assinou a CTPS do trabalhador) implicará:

- a) na responsabilidade solidária de ambas as empresas, eis que configurado o grupo econômico previsto no artigo 2º, parágrafo 2º da CLT;
- b) na responsabilidade exclusiva de B, real empregadora, afastada a responsabilidade de A;
- c) na responsabilidade de A e de B, sendo a de A, contudo, subsidiária;
- d) na responsabilidade solidária de ambas, na forma do artigo 455 da CLT, já que configurada a sub-empregada;
- e) na responsabilidade exclusiva de A, já que B revelara-se inadimplente no pagamento das verbas resilitórias.

32 - Sobre o tema da flexibilização das condições de trabalho seria correto afirmar que:

- a) o salário é redutível, desde que o empregado concorde expressamente com a redução;
- b) o salário será redutível apenas se a carga horária for proporcionalmente reduzida;
- c) o princípio da irredutibilidade é absoluto, dado o caráter tutelar do Direito do Trabalho;
- d) o salário poderá ser reduzido se houver previsão contratual neste sentido e caso se verifique conjuntura econômica adversa;
- e) o salário poderá ser reduzido se assim dispuser convenção ou acordo coletivo.

33 - Quanto ao tema equiparação salarial seria correto afirmar, a partir do que contido na CF/88, artigo 461 da CLT e Enunciados do TST que:

- a) o princípio constitucional da isonomia é absoluto, em sede de Direito do Trabalho, desde que o equiparando e o modelo exerçam as mesmas funções;
- b) a equiparação é devida desde que as funções sejam absolutamente idênticas e o tempo de serviço na empresa não for superior a dois anos;
- c) a existência de quadro de carreira exclui, por si só, a possibilidade da equiparação;
- d) o fato de o paradigma ter obtido um plus salarial em virtude de decisão judicial não afasta, por si só, a equiparação pretendida em sede judicial;
- e) o fato do modelo ter exercido as funções em outras empresas anteriormente é dado objetivo que impede, de início, a pretensão isonômica.

34 - Determinado empregado foi admitido para trabalhar em banco privado sendo que, no ato de sua admissão, assinou autorização para que fossem efetuados descontos em seus salários em decorrência de adesão a plano de seguro de vida. Assinale a proposição correta, tendo em vista o que contido na CLT e o entendimento jurisprudencial acerca do tema:

- a) os descontos serão válidos desde que previamente autorizados por escrito, a menos que reste demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico;
- b) o fato de a autorização ser concedida no ato da admissão, por si só, já gera a presunção de coação sobre o empregado, sendo os descontos inválidos;
- c) tal estipulação é ineficaz, na medida em que afronta o contido no artigo 462 da CLT;
- d) o ajuste visando os descontos é inválido, porquanto o princípio da intangibilidade salarial é absoluto;
- e) a pactuação é ineficaz, constituindo, ainda, retenção dolosa dos salários, na forma do que previsto na CF/88.

35 - Determinado empregado trabalha há cinco anos em certa empresa, prestando

habitualmente, e nos últimos 30 meses, duas horas extras diárias. O trabalho extraordinário é suprimido. Assinale a proposição correta, com base no que contido nas normas da CLT, CF/88 e entendimento jurisprudencial do TST acerca do tema:

- a) a supressão é válida devido ao jus variandi, cabendo ao empregador a condução dos negócios empresariais.

b) a supressão é ineficaz: o valor das duas horas extras suprimidas deverá ser incorporado ao salário a partir do momento em que deixaram de ser pagas, observando-se a média das extras prestadas nos últimos seis meses.

c) a medida empresarial é correta: a incorporação ao salário só ocorreria se as horas extras houvessem sido prestadas nos últimos 36 meses.

d) a medida não pode ser considerada inválida, já que a supressão do extraordinário atende o interesse do empregado.

e) a supressão assegurará ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de trabalho extraordinário.

36 - Quanto ao tema salário dito in natura:

I – os uniformes são passíveis de desconto, na medida em que possam ser utilizados socialmente;

II – é incorreto afirmar que a utilidade fornecida para e não pelo trabalho não constitui salário utilidade;

III – a alimentação fornecida constitui salário in natura, a menos que o seja através de vale-refeição;

IV – os percentuais fixados em lei relativos ao salário in natura deverão ser observados qualquer que seja o salário do empregado, isto é, ainda que este perceba valor superior ao mínimo legal;

V – os chamados “fringe benefits” ou benefícios concedidos a altos empregados não se enquadram no caput do artigo 458 da CLT, devido à peculiaridade de sua situação.

Responda:

a) as alternativas III, IV e V são corretas;

b) as alternativas IV e V são corretas;

c) as alternativas I, II e III são corretas;

d) as alternativas I, III e V são corretas;

e) todas as alternativas são incorretas.

37 - Considerando o tema da transferência do empregado, observe as seguintes proposições:

I – a princípio o empregado não pode ser transferido, a menos que exerça cargo de confiança e, em havendo previsão contratual, a transferência decorra de necessidade do serviço;

II – em caso de necessidade de serviço, o empregado poderá ser transferido, recebendo adicional no mínimo de 25% de seus salários;

III – a transferência do empregado poderá ocorrer em caso de extinção do estabelecimento;

IV – ainda que não haja mudança de domicílio o empregado transferido fará jus ao adicional de 25%;

V – a transferência ainda que permitida por lei ou contrato, dá ensejo ao empregado de rescindir indiretamente o contrato, postulando o pagamento das verbas resilitórias que seriam devidas em caso de dispensa sem justa causa.

Responda:

- a) as afirmativas II e III estão corretas;
- b) as afirmativas I, II e III estão corretas;
- c) as afirmativas III, IV e V estão corretas;
- d) as afirmativas I, II e V estão corretas;
- e) as afirmativas II, III e V estão corretas.

38 - A O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho) tem destacada atuação no que concerne:

- a) ao julgamento de crimes contra a organização do Trabalho, atuando efetivamente como Tribunal Trabalhista Internacional;
- b) à edição de convenções que dispõem sobre as condições de vida dos trabalhadores;
- c) à troca de notas como meio de comunicação ou ato negocial;
- d) ao acatamento da ordem jurídica trabalhista interna dos países-membros, sem influência em qualquer de seus aspectos jurídicos;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

39 - A partir da análise do que consta na Constituição da República de 1988 e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, formula-se as seguintes considerações:

I – considerando o objetivo da Política Nacional de Relações de Consumo no atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, pode-se afirmar serem princípios que norteiam o Código de Defesa do Consumidor: a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; a ação exclusiva e sempre direta do Estado no sentido de proteger efetivamente o consumidor; a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico; a educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo; a racionalização e melhoria dos serviços públicos; o estudo constante das modificações do mercado de trabalho e a adoção de medidas repressivas contra práticas abusivas e desleais e que possam causar prejuízos ao consumidor;

II – o juiz competente para a causa que envolva conflito derivado de uma relação de consumo poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, assim como quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica;

III – as sociedades integrantes de grupos societários, as sociedades controladas, as

sociedades consorciadas e as sociedades coligadas também poderão sofrer a

desconsideração da personalidade jurídica e responderão solidariamente pelas obrigações inadimplidas em prejuízo do consumidor;

IV – é direito do consumidor o acesso facilitado aos órgãos judiciários e administrativos e a simplificação da defesa de seus direitos e interesses, inclusive com a inversão do

ônus da prova, a seu favor, no processo civil, desde que comprovada a hipossuficiência na relação de consumo.

Assim considerando, assinale, dentre as listadas abaixo, a única alternativa correta no que concerne às considerações acima feitas:

- a) todas as alternativas são verdadeiras;
- b) são verdadeiras as proposições I e IV;
- c) são verdadeiras as proposições II e III;
- d) são verdadeiras as proposições I, II e IV;
- e) todas as proposições são falsas.

40 - Em relação a uma Sociedade Anônima, assinale a hipótese errada:

- a) o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral;
- b) a Diretoria será composta de 2 (dois) ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, ou, se inexistente, pela Assembléia Geral;
- c) compete ao Conselho Fiscal a escolha e a destituição de auditores independentes, se houver;
- d) o prazo de gestão da Diretoria não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- e) a extinção de uma sociedade anônima pode decorrer da incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

41 - A concessão de aposentadoria por invalidez:

- a) Extingue de imediato o Contrato de Trabalho;
- b) Inadmite retorno voluntário do aposentado à atividade;
- c) Significa suspensão do Contrato de Trabalho;
- d) Significa interrupção do Contrato de Trabalho;
- e) Não pode ser concedida por mera presunção do caráter de permanência da incapacidade para o trabalho.

42 - Determinado advogado tem poderes específicos para levantar quantias em nome do reclamante junto à Justiça do Trabalho. Recebendo o alvará, entrega, contudo, quantia inferior a seu cliente. Tal procurador comete:

- a) apenas ilícito civil;
- b) irregularidade cuja apuração restringe-se ao âmbito interno de sua corporação, qual seja, a OAB;
- c) estelionato com evidente agravante;
- d) apropriação indébita qualificada;
- e) nenhuma das respostas acima.

43 - Determinado empregador falsifica a assinatura do empregado no Termo de Rescisão do contrato de trabalho, vindo a utilizar o documento, contra este, na Justiça do Trabalho. Tal expediente configuraria:

- a) apenas o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP);
- b) apenas o crime contra a organização do trabalho;
- c) apenas o crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP);
- d) ambos os crimes mencionados nos itens a e c (artigos 203 e 299 do CP) em concurso formal;
- e) ambos os crimes mencionados nos itens a e c (artigos 203 e 299 do CP) em concurso

material.

44 - O chamado dolo eventual caracteriza-se pelo fato de o agente:

- a) não querer o resultado, mas assumir o risco de produzi-lo pouco se importando com a produção ou não deste resultado;
- b) querer o resultado e por isso assumir o risco de produzi-lo;
- c) não querer o resultado, mas acreditar sinceramente que este não é antijurídico;
- d) não querer o resultado e acreditar sinceramente que, agindo da maneira que agirá, não dará causa ao resultado;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

45 – Um usineiro é surpreendido por fiscais da DRT mantendo trabalhadores rurais em trabalho de 14 horas diárias, com breve descanso de 15 minutos, para digerir pouca ração, que dos mesmos cobra, impedindo-os de sair do local de trabalho. Ouvidos no local, os empregados afirmam consentir com esta situação, em vista de não disporem de outra opção de emprego na região:

- a) o consentimento dos ofendidos impede a caracterização de crime contra a liberdade individual, mas a situação acima descrita não comprova tal consentimento.
- b) ocorre cárcere privado, crime de ação pública incondicionada, que independe da vontade dos ofendidos, que será, indiscutivelmente, processado pela Justiça Estadual;
- c) ocorre cárcere privado, crime de ação pública incondicionada mediante representação, que será, indiscutivelmente, processada pela Justiça Federal;
- d) há redução à condição análoga à de escravo, cuja competência jurisdicional, se da Justiça Estadual ou Federal, é controvertida;
- e) nenhuma das opções anteriores está correta.

46 – De acordo com o Código Civil:

I - A contribuição em prestação de serviços para a integralização do capital social de sociedade limitada depende de avaliação feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em reunião ou assembléia dos sócios;

II - Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse dois terços do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial;

III - Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora;

IV - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;

V - A deliberação em assembléia dos sócios de sociedade limitada será obrigatória se o número de sócios for superior a 7 (sete).

Marque:

- a) Se estão corretos os itens II e IV e errado o item III;
- b) Se errado está o item III, mas certos os itens I e V;
- c) Se o item IV está correto, estando errados os itens II e V;
- d) Estando errado o item V e corretos os itens I e II;
- e) Se estão errados os itens I e IV, e correto o item III.

47 – Assinale a proposição correta:

A obrigação propter rem:

- a) Prende o titular de um direito real em virtude de sua condição de proprietário ou possuidor;

- b) Não basta o abandono do direito real para que se livre o devedor da obrigação;
- c) A obrigação não se transmite aos sucessores a título singular do devedor;
- d) Sempre decorre da manifestação expressa ou tácita da vontade do devedor;
- e) A mera condição de possuidor não tem o condão de atrair esta obrigação para o titular do direito real.

48 – Trata-se de contrato comutativo, aquele que:

- a) Pode ter a estimativa da prestação avaliada pelas partes no momento em que se aperfeiçoa;
- b) Tem a estimativa da prestação aleatória, dependendo de circunstâncias supervenientes ao momento em que se aperfeiçoa;
- c) Tem como característica fundamental a equivalência das prestações;
- d) Tem a estimativa da prestação aleatória, ao menos por uma das partes, que não pode antecipar o montante da prestação que receberá, em troca da que fornece;
- e) Sempre tem a estimativa das prestações aleatória, e para ambas as partes.

49 – Aponte abaixo o texto afirmativo correto:

- a) Independentemente de seu objeto, consideram-se empresárias a sociedade simples e as cooperativas;
- b) O empresário casado precisa da outorga uxória para alienar imóvel que integre o patrimônio da empresa, salvo se casado pelo regime da comunhão parcial de bens;
- c) O sócio ostensivo da Sociedade em Conta de Participação não pode jamais admitir novos sócios;
- d) É facultado aos cônjuges contratarem sociedade entre si, ou com terceiros, desde que o regime da sociedade conjugal não seja o da comunhão universal ou o da separação obrigatória de bens;

e) A maioria civil é atualmente alcançada aos 18 (dezoito) anos, todavia, com esta idade, a autorização paterna ou equivalente, é imprescindível para que seja exercido o direito de ação perante o poder público.

50 – Na conformidade com o que dispõe o novo Código Civil, marque com “V” a assertiva verdadeira e com “F” a falsa, assinalando, em seguida, a opção correspondente:

( ) independentemente de seu objeto, considera-se sociedade simples a sociedade

cooperativa, podendo a responsabilidade dos sócios ser limitada ou ilimitada, dispensada sua inscrição na Junta Comercial, uma vez que não desenvolve atividade mercantil.

( ) a sociedade estrangeira, qualquer que seja seu objeto, não poderá funcionar no País,

ainda que por estabelecimentos subordinados, sem autorização do Poder Executivo, sendo-lhe facultado, para conceder a autorização, estabelecer condições convenientes à defesa dos interesses nacionais.

( ) a obrigação de reparar dano causado, independentemente de culpa, far-se-á nos casos

especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

( ) a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por

protesto cambial; pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores; somente por despacho do juiz competente que ordenar a citação, devendo o interessado promover-la no prazo e na forma da lei processual; por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor e por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

a) F, V, V, F.

b) V, F, V, F.

c) V, V, F, F.

d) F, F, F, V.

e) F, V, F, V.

## GABARITO

### QUESTÕES 2ª Etapa QUESTÕES 2ª Etapa

1 B 26

E

2 A 27 E

3 B 28 B

4 D 29 D

5 A 30 D

6 B 31 C

7 C 32 E

8 B 33 D

9 B 34 A

10 C 35 E

11 C 36 E

12 D 37 B

13 C 38 B

14 C 39 E

15 C 40 C

16 D 41 C

17 E 42 D

18 C 43 D

19 C 44 A

20 D 45 D

21 E 46 E

22 D 47 A

23 D 48 A

24 B 49 D

25 C 50

A